

**“DA JANELA DA CASA GRANDE”: GILBERTO FREYRE ANALISADO PELA
PERSPECTIVA DA CULTURA POLÍTICA**

Bruna Vitor dos Santos Silva
Graduanda em História/ UEPB
brunnavitor@gmail.com

Márcio Justino dos Anjos Silva
Graduando em História/ UEPB
marciojanjos@gmail.com

Faustino Teatino Cavalcante Neto (Orientador)
faustinoteatino@bol.com.br

A década de 1930 foi marcada por mudanças tanto no campo político, quanto no campo social, econômico e cultural, por assim dizer o movimento revolucionário que levou Vargas ao poder acabou por trazer a tona uma nova forma de governar o país, ao mesmo tempo em que afastou do poder as velhas oligarquias que outrora compunham o topo das estruturas sociais.

A partir desse período é criado um aparelho de Estado mais forte, ao mesmo tempo em que o poder se desloca crescentemente do âmbito regional, diga-se Nordeste, para o Sudeste, entendido como porta-voz da nação. Nesse momento era preciso repensar o país que experimentava um processo de consolidação política e econômica e que teria de enfrentar as consequências da crise de 1929. O nacionalismo ganhava força e o Estado se firmava, sendo responsabilidade deste último constituir a nação. No entanto, essa tendência nacionalista se acentuou ainda mais com a implantação do Estado Novo, em 1937, com medidas que aumentaram a centralização política e administrativa.

No campo da educação, as diretrizes educacionais da Escola Nova, assumiram influência em âmbito nacional, uma vez a partir de 1930 foram criados o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Conselho Nacional de Educação, sendo todos esses aspectos direcionados à maior popularização da educação pública. Contudo, havia uma grande preocupação em construir um sentimento de “brasilidade”, principalmente através dos livros didáticos, romances e crônicas, desta forma a educação segundo Kreutz (2000, p. 325), “foi entendida e utilizada como meio disseminador dos ideais

nacionalistas de maneira nunca vista anteriormente na história de nosso país”. Assim a educação serviria, sobretudo, como veículo disseminador dos ideais nacionais, além de homogeneizar e disciplinar hábitos e comportamentos da sociedade.

Por outro lado, ao longo das décadas de 1920 e 1930, vários intelectuais estavam interessados na organização social e política brasileira, especificamente no que diz respeito a como pensar as regiões num país de dimensões continentais como o Brasil. Predominava entre os autores da época a preocupação com uma possível fragmentação do Brasil, devido à falta de integração econômica, política, e principalmente, cultural.

Porém, Gilberto Freyre, diferentemente dos demais, propõe uma perspectiva inversa, e em 1926 lidera o 1º Congresso Brasileiro de Regionalismo no Recife, no qual o Manifesto Regionalista foi lançado apoiado em basicamente dois temas interligados, sendo estes: a defesa da região como unidade de organização nacional; e a conservação dos valores regionais e tradicionais do Brasil em geral e do Nordeste em particular.

Dentro desse contexto de mudanças percebemos as intencionalidades de Gilberto Freyre ao escrever sua obra *Casa Grande e Senzala* (1933), que por um lado lançava um novo olhar sobre o negro na historiografia brasileira e por outro pretendia uma retomada aos tempos áureos da “cultura nordestina”, que para ele seria o momento de apogeu da aristocracia açucareira, descrito com grande saudosismo.

No entanto, é interessante perceber que sua obra mostra uma minuciosa análise da formação da sociedade brasileira, na qual é descrita a relação senhor-escravo dentro do engenho, ressaltando a benevolência e a solidariedade que permeavam nesse universo, criando, dessa forma, o mito da democracia racial. Para sustentar sua tese, Freyre segundo Reis (2007, p. 75) afirma que brancos e negros eram “duas metades confraternizadas, que se enriquecem mutuamente de valores e experiências diversas”, escravos domésticos eram tratados como familiares, pessoas da casa, parentes pobres, sentavam-se à mesa, passeavam com os senhores, portanto a presença negra na história do Brasil seria um esteio indispensável para a colonização portuguesa.

A sua tese principal sobre a democracia racial é ainda a questão mais lembrada sobre seus escritos. Mesmo porque esta tese foi adotada pelo Estado Novo como forma de projetar para o mundo a ideia de um Brasil que não tinha em seu passado escravocrata um problema para seu desenvolvimento, pois a mistura das raças passou a ser um ponto positivo para a formação da nação. Uma das partes mais importantes do

debate diz respeito também à inovação da metodologia de Freyre que passou a frequentar todas as áreas da casa para descrever a vida cotidiana do brasileiro.

Sua escolha em escrever a partir do cultural e do social deve-se a influência do antropólogo estadunidense Franz Boas, seu orientador. A partir daí Freyre deixa de lado o determinismo biológico e geográfico tão presente na época para dar lugar a redefinição da identidade brasileira tomando por base a reelaboração cultural, que traz a tona a questão da mestiçagem, entendida como o grande diferencial da nossa colonização.

Por outro lado, ao tomar como referencial de análise a situação dos negros e mestiços no momento imediatamente posterior à abolição da escravatura, Florestan Fernandes, também citado por Reis (2007), infere que as benesses de ordem cultural tão amplamente ressaltadas por autores culturalistas, como Gilberto Freyre. Para quem todo brasileiro traz na alma, quando não no corpo também, a influência do africano na ternura, na música e na culinária, contribuindo para camuflar a desintegração social do negro brasileiro que, em meio à evolução da sociedade e seus ciclos econômicos, ficara excluído do novo sistema de relações de trabalho e destituído de quaisquer iniciativas de ressocialização à nova ordem social baseada no trabalho livre.

Reis (2007) cita ainda a ótica de Fernando Henrique Cardoso, que aborda as condições de existência social do negro no Brasil, antes e depois da abolição. O escravo que era visto como simples instrumento de trabalho e possuidor de uma consciência passiva, na transição da sociedade de castas para a sociedade de classes, passava por um processo de “alienação” para poder assim integrar-se à sociedade da época, mesmo após a abolição, os negros continuavam carentes de consciência da sua condição política e social. Os escravos eram, nas palavras de Fernando Henrique, segundo Reis (2007), testemunhas mudas da história.

Cabe ressaltar que tanto Florestan Fernandes quanto Fernando Henrique Cardoso foram citados aqui a título de comparação com Freyre, já que ambos também tratavam da questão da escravidão do Brasil, chamando atenção para as condições do negro na sociedade antes e depois da abolição. Desta forma os mesmos autores não se incluem enquanto foco central da discussão.

De acordo com Reis (2007), Casa Grande & Senzala é uma afirmação freyriana que a mestiçagem seria um bem, pois criou o indivíduo adequado para viver nos

tropicais. Porém, isso só foi possível graças à colonização portuguesa, de passado étnico e cultural indefinido, localizado entre a Europa e a África, tendo convivido com os muçulmanos por cinco séculos. De maneira que as relações desenvolvidas na Casa Grande e na Senzala, entre escravos e senhores, teriam sido, na perspectiva de Freyre, harmônicas. O africano e seus costumes teriam servido como mediadores entre os brancos e os índios, ele seria o meio termo que tornou possível a ligação entre essas três culturas aqui presentes.

Percebemos ainda que ao longo de sua escrita Freyre se opõe as ideias de superioridade racial ou a conceitos relativos aos efeitos degenerativos da mistura racial, isso ocorre pelo fato de coexistir no mesmo o apego à continuidade cultural e às condições desejáveis de que uma sociedade permanecesse em sintonia com a herança do passado. Segundo Gomes (2008) “A mestiçagem que havia sido valorizada com o objetivo de branquear o Brasil passa a ser valorizada como característica nacional”.

Neste sentido, a mestiçagem torna-se positiva, ou seja, é uma mistura de diversas culturas, consolidando-se, assim, como característica nacional, criando dessa forma um imaginário de que no Brasil as três raças formadoras da nação viviam em harmonia, a essa percepção harmoniosa os críticos denominaram de mito da democracia racial brasileira.

Sendo assim, o mito da democracia racial acaba por resolver, para a elite branca, o problema de construção de uma nação com um enorme contingente afrodescendente, já que a mestiçagem produz o “silenciamento” dos conflitos raciais, e assim força uma invisibilidade do racismo e de suas soluções, facilitando, deste modo, a manutenção dos privilégios dos brancos. Considerando este aspecto, podemos dizer ainda que o mito da democracia racial faz parte de um poder, o poder simbólico que segundo Bourdieu, (2000, p. 7) “é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeito ou mesmo que o exercem”.

É dentro desta perspectiva que entendemos o esforço de Freyre em legitimar uma cultura política em torno da colonização portuguesa e das oligarquias açucareiras a partir do mito da democracia racial. Porém, a priori, se faz necessário compreendermos os aspectos trabalhados na Nova História Política, bem como o uso do conceito de cultura política e representação para posteriormente enquadrarmos a escrita de Freyre

nesta perspectiva. Sendo assim segundo Barros (2004, p. 107) a Nova História Política ao assumir o caráter de conhecimento histórico narrativo e não/factual, pretende “Uma ‘História vista de Baixo’, ora preocupada com as grandes massas autônomas, ora preocupada com o ‘indivíduo comum’”, por assim dizer, a história política renovada busca analisar os sistemas de relações de poder, presentes em todos os âmbitos sociais, e, mais particularmente, ao mesmo tempo em que propõe-se a investigar os conceitos associados ao poder, estando dentro deste contexto, imaginários, representações, teatralizações, simbologias, etc. A partir deste pressuposto a história política passou a utilizar o conceito de Cultura Política, embora este conceito tenha ganhado mais espaço dentro da Nova História Política, pois segundo Gomes (2005, p. 30):

Uma das razões que vem sendo apontadas como das mais significativas, embora não seja a única, é justamente o fato de o conceito de cultura política permitir explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades.

Considerando tal citação fica evidenciada a importância dada ao conceito de cultura política pela Nova História Política, já que as relações de poder, não podem ser entendidas apenas como sendo fruto do campo político institucionalizado, mas como declara Gomes (2005, p. 31) “[...] igualmente como legitimidade, adesão e negociação”. Todavia o conceito de cultura política segundo Gomes (2005, p. 31), apresenta-se ainda como sendo, “‘Um sistema de representação, complexo e heterogêneo’, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (...) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo”.

Ao interpretarmos o conceito de cultura política percebemos que a mesma está ligada a um sistema de representações que busca a legitimação e/ou aceitação de ideais de um grupo. Neste caso, percebemos que Freyre ao tentar construir a ideia de democracia racial, onde as três raças viviam harmoniosamente, consegue legitimar e exaltar a colonização portuguesa e sua mestiçagem cultural transformando-se assim em um interlocutor da cultura portuguesa e da elite açucareira, da qual fazia parte, deixando seu olhar da casa grande permeado dessa intencionalidade.

Todavia, cabe ressaltar que ao fazermos uma análise historiográfica a respeito da escrita de Freyre, precisamos ter em mente que como afirma Chartier (1994),

Um texto não tem sentido intrínseco, ele é uma construção de sentido – uma representação, vinculado de maneira mútua a uma prática social, e, é

apropriado pela sociedade de diferentes formas – sendo re-significado, e ao mesmo tempo, construindo significados na sociedade.

Nesta perspectiva o relogio a colonização portuguesa, bem como o saudosismo em relação às oligarquias açucareiras, pretende legitimar e/ou retomar uma visão do passado enquanto “bom”, por isso a necessidade de se contrapor ao processo de modernização pelo qual o Brasil passava, presentificando o mito da democracia, já que, de acordo com Chartier (1994, p. 108), “a "presentificação" em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, é dotado assim de continuidade e estabilidade”.

Por fim, cabe salientar que Casa Grande e Senzala, apesar de ter inovado metodologicamente, traz consigo os desejos de Freyre em retomar o período em que a aristocracia açucareira detinha o poder, tendo em vista seu olhar senhorial que via aquele momento da janela da casa grande, sendo assim o mito da democracia racial serviria como meio condutor desse pensamento. Por esse motivo, segundo Reis (2007, p. 81), “[...] seu olhar sobre o futuro do Brasil é pessimista: nos anos 30, a mudança se acelerava, assustando-o, pois comprometia a continuidade do passado patriarcal bom, já que as elites eram competentes e democráticas”, dessa forma a continuidade era bem mais desejada que a mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José D'Assunção. História Política e História Social. In: ____ *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.106-124.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1994.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICANHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs). *Cultura Política: Ensaio de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 21-44.

GOMES, Mariana Selister. A construção da democracia racial brasileira: o nordeste de Gilberto Freyre e o Rio Grande do Sul de Dante de Laytano. In: *Revista vestígios do passado: a história e suas fontes*. Rio Grande do Sul: 2008.

KREUTZ, Lúcio, In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, [org.] *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte, 2000.

RÉMOND, René. Uma História presente. In: ____ (org.). *Por uma história Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13-36.

REIS, José Carlos. Anos 1930: Gilberto Freyre – O relogio da colonização portuguesa. In: *Identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 51-82.